



André Joaillho Bom dia Renata, aqui vai uma sugestão. A UEL num dia invernral.



6 de abril às 09:57 · Descurtir · 1



André Joaillho Outra!



6 de abril às 09:57 · Descurtir · 1

Alunos da UEL em dia invernral. Foto do professor André Joaillho (História/UEL), enviada no dia 06/04/2014 à professora Maria Renata da C. Duran (História/UEL), via Facebook.

Utopia concreta: um projeto modernista na cidade brasileira

Inaê Elias Magno da Silva¹

RESUMO:

Tomando o caso empírico de Brasília – experiência utópica longeva, cuja vigência ultrapassa já cinco décadas –, este ensaio pretende discutir a chamada “falha das utopias” sob o ponto de vista dos efeitos da transformação dessa meta-imagem do sonho humano de harmonia social em realidade social concreta. No centro das análises encontram-se, de um lado, o projeto utópico da arquitetura de Brasília e, de outro, os efeitos da tentativa de concretização desse projeto na realidade brasileira.

Palavras-chave: Utopia. Brasília. Arquitetura.

ABSTRACT:

This essay discusses the failure of utopias. It focuses at the efforts to transform the utopia on a concrete social reality and at its effects. Its center is the utopia of Brasilia city, by one side, and the effects of the concretization of this dream, by the other.

Key-words: Utopia. Brasilia. Architecture.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília – UnB. Analista em Ciência e Tecnologia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: imagno6@gmail.com

Recebido em: 30/03/2014 Aprovado em: 30/04/2014

Utopia, lugar de lugar nenhum, é a ilha inventada pelo inglês Thomas More para sediar uma sociedade ideal, lugar onde são abominados o dinheiro e a guerra. De neologismo, utopia tornou-se linguagem corrente, passando a designar o ideal, a fantasia, uma quimera de futuro, a esperança do porvir sonhado, ““o ainda-não-vivido”, “o ainda-não-acontecido”, “o ainda-não-consciente”” (Bloch *apud* Vidal, 2008, p. 15)¹. Segundo Vidal (2008, p. 15), “A utopia é assim a tentativa de dar uma forma espacial ao velho sonho humano de harmonia social”, a meta-imagem, por assim dizer, desse sonho.

Articulado a esse projeto de nova ordem social, a utopia é também o nome dado a uma corrente da arquitetura que nasce no Século XVI e se desenvolve no final do Século XVIII (nas trilhas da Revolução Francesa), sobretudo, na segunda metade do Século XIX. Alguns arquitetos tentam dar forma ao espaço da harmonia social: Fourier e o falanstério; de Guise e o familistério; mais tarde a cidade jardim de Ebenezer Howard; as propostas dos arquitetos russos dos primeiros anos da revolução; ou as propostas dos Congressos Internacionais de Arte Moderna (VIDAL, 2008, p. 15).

A arquitetura, de que fala Vidal (2008), afasta-se gradativamente da adjetivação de utópica quanto mais seus ideais e projetos concretos aproximam-se e fazem uso de técnicas e tecnologias de estudo e produção/construção científicas. Ainda que frequentemente não se negue a dimensão utópica de projetos arquitetônico-urbanísticos como Brasília, Chandigarh², Islamabad³ ou Ciudad Guayana⁴ – que constituem não apenas obras monumentais de edificação, mas, igualmente, a materialização de determinado anseio de sociedade ou harmonia social –, não se costuma dar-lhes a mesma carga quimérica que, por exemplo, é facilmente atribuída ao falanstério ou ao familistério. Isso porque, as primeiras são obras racionais, erguidas a partir de um rigoroso planejamento de base científica, enquanto os últimos não.

Ocorre que, tanto as cidades planejadas pela moderna arquitetura racional quanto as cidades idealizadas sob outras matrizes epistemológicas, compartilham o mesmo destino: a sociedade idealizada não se concretiza tal como pretendida no espaço edificado.

Tomando o caso empírico de Brasília – experiência utópica longeva, cuja vigência ultrapassa já cinco décadas –, este ensaio pretende discutir a chamada “falha das utopias” sob o ponto de vista dos efeitos da transformação dessa meta-imagem do sonho humano de harmonia social em realidade social concreta. No centro das análises encontram-se, de um lado, o projeto utópico da arquitetura modernista e, de outro, os efeitos da concretização desse projeto na realidade brasileira.

O caminho a ser percorrido passa pelo debate teórico sobre possibilidades e limites da conversão dos ideais do planejamento urbano em realidade sócio-espacial, via tecnologias disponíveis, situando-os no âmbito das utopias, pelo reconhecimento da cidade como objeto científico complexo e irreduzível, e pelo caso empírico de Brasília, como esforço de materialização de uma utopia urbana.

Arquitetura moderna: entre o sono e o sonho

A imagem é a gênese de toda cidade planejada. Nada lhe antecede. A utopia – seja a do arquiteto, seja a da sociedade ou do governante que demandam ou desejam um sítio urbano original – é ela própria uma imagem: a meta-imagem

de determinado anseio de sociedade espacialmente materializado.

Uma cidade planejada, portanto, cumprirá sempre um papel simbólico tão ou mais importante que seu papel econômico. E não são apenas as vontades do soberano – seja esse governante monárquico ou republicano – ou do arquiteto que se expressam simbolicamente na imagem fundadora de uma nova cidade, é um sonho coletivo, um anseio social. Nesse sentido, a imagem fundadora das cidades planejadas será sempre, invariavelmente, uma imagem positiva: harmonia social, organização, desenvolvimento regional, progresso, riqueza, paz, fartura, coesão social, integração nacional. Essas e tantas outras são as esperanças que uma nova cidade pode trazer.

O planejamento de um sítio urbano original, descartado o aproveitamento de qualquer cidade preexistente, expressa, ademais, um anseio simbólico por ruptura, indicando que há algo no presente que desagrada e urge ser superado. Não se trata de apenas atingir o futuro, mas de fazê-lo em negação a um presente que, simbolicamente, carrega ares de um passado indesejado e descartável.

Com a construção de Chandigarh, capital do estado indiano de Punjab, por exemplo, o Primeiro Ministro da Índia, Jawaharlal Nehru, pretendia erguer uma cidade completamente nova, livre dos estorvos de velhas cidades e velhas tradições, uma expressão da fé da nação indiana no futuro (Fitting, 2002). Anseio semelhante tivera o então Presidente brasileiro Juscelino Kubitschek, ao ordenar a construção de uma nova capital federal, a partir do zero, no centro do Brasil⁵. Não era apenas o desenvolvimento regional, a integração nacional e o povoamento tardio da região central do País que estavam em questão. Simbolicamente, pretendia-

se mais. Esperava-se que a nova cidade pudesse ser a expressão materializada de uma nova sociedade brasileira, uma sociedade dinâmica, progressista, moderna, industrializada, desenvolvida. Brasília foi, não custa lembrar, o símbolo de um governo que se comprometia a assegurar ao País, em cinco anos, um desenvolvimento que, em ritmos anteriores, custaria ao menos cinquenta anos para ser alcançado (Vidal, 2009).

A busca por ruptura e as pretensões futuristas positivas do governante demandante da construção de uma nova cidade expressam-se, por fim, esteticamente, na obra do arquiteto, o realizador, por assim dizer, da utopia. Se políticos e planejadores devaneiam junto à nova sociedade, cabe aos últimos, em virtude de seu domínio técnico e estético, a materialização do sonho, por meio do desenho e da edificação da nova cidade.

A citação a seguir, referente à construção de Brasília, é relevante exemplo da relação entre técnica e utopia presente no planejamento de uma nova cidade:

Os blocos de apartamentos de uma superquadra são todos iguais: a mesma fachada, a mesma altura, as mesmas facilidades, todos construídos sobre pilotis, todos dotados de garagem e construídos com o mesmo material, o que evita a odiosa diferenciação de classes sociais, isto é, todas as famílias vivem em comum, o alto funcionário público, o médio e o pequeno. Quanto aos apartamentos há uns maiores e outros menores em número de cômodos, que são distribuídos, respectivamente, para as famílias conforme o número de dependentes. E por causa de sua distribuição e inexistência de discriminação de classes sociais, os moradores de uma superquadra são forçados a viver como que no âmbito de uma grande família, em perfeita coexistência social, o que redundará em benefícios para as crianças que vivem, crescem, brincam e estudam em um mesmo ambiente

de franca camaradagem, amizade e saudável formação. [...] E assim é educada, no Planalto, a infância que construirá o Brasil de amanhã, já que Brasília é glorioso berço de uma nova civilização (Brasília, 1963: 15) – (Jornal da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP *apud* HOLSTON, 1993, p. 28)⁶.

Ademais da negação do presente/passado e do glorioso cintilar futurista contido no sonho da nova cidade-sociedade, o trecho acima permite identificar, particularmente no caso da escola arquitetônica à qual os planejadores de Brasília são filiados, o papel redentor atribuído aos aspectos propriamente técnicos da arquitetura proposta. Nascerá uma nova civilização da cidade nova, não apenas por ser ela uma cidade virgem, erguida sem a contaminação de alguma cidade preexistente, mas por ser ela esta cidade nascida da utopia e racionalmente transposta para a realidade, na medida e na forma exatas para dar concretude ao sonho.

Em Brasília, a nova civilização nasceria dos pilotis, das fachadas iguais, dos materiais de construção indistintos, das áreas de recreio coletivas, da escala monumental. Emanaria, portanto, das escolhas técnicas do arquiteto, as quais, evidentemente, incluem o traçado e sua imagem. Essa civilização vindoura, ademais, não seria como a civilização que a cercava. Seria seu oposto, sua negação: igualitária, familiar, amigável e saudável, porque as escolhas técnicas do arquiteto a isso a conduziriam.

Inúmeras críticas vêm sendo feitas ao traço autoritário e pretensioso, bem como às próprias limitações técnicas da chamada arquitetura modernista, que tem na Carta de Atenas e em Le Corbusier algumas de suas maiores expressões. James Holston (1993) aprofunda-se na crítica ao mostrar que essa arquitetura despótica fecha os olhos à

realidade social vigente – no caso específico de seu estudo, a realidade brasileira – e pretende ser capaz de suprimi-la em virtude de seus atributos técnico-estéticos. Holston (1993) demonstra, por meio dos resultados não previstos, como o etnocentrismo tecnicista do projeto modernista é falho no caso empírico de Brasília.

Crítico mais voraz às pretensões autoritárias de Le Corbusier, o arquiteto norte-americano Lewis Mumford chega a declarar que se soube predestinado a ser inimigo do arquiteto suíço tão logo leu seu *Vers une Architecture* (Fitting, 2002), tamanha a repulsa que lhe causou a adoração deste pela ciência e pela tecnologia.

A lista e o conteúdo das críticas às ideias, aos projetos e às obras de Le Corbusier e seus discípulos é extensa⁷, assim como extensa é, em contrapartida, a lista de elogios⁸ ao arquiteto suíço, bem como o número de seus discípulos e seguidores. Neste ensaio interesse-me não por reforçar o coro dos que apontam o dedo aos erros e limites práticos e técnicos da arquitetura moderna, execrando-a. Meu interesse crítico é refletir sobre os limites intrínsecos de um modelo de planejamento de bases racionalista e tecnicista que entende e pretende estar apto a transpor a utopia – imaginária e imagética – para o nível concreto, dando-lhe uma existência real.

Cidade, objeto complexo

Em outra oportunidade (Silva, 2006)⁹, defendi a validade da aplicação de alguns postulados epistemológicos da complexidade para o estudo da cidade, como forma de superação da fragmentação disciplinar do pensamento sobre o fenômeno urbano que impera nas diversas ciências dedicadas a seu estudo.

Retomo brevemente essa argumentação, por entender que ela se aplica francamente ao debate sobre os limites epistemológicos da arquitetura modernista e sua concepção reducionista de cidade.

A respeito do uso de postulados do pensamento complexo no estudo e, conseqüentemente, no planejamento urbano, propus:

[a] consideração da cidade como uma totalidade complexa – um lugar humano, no sentido mais abrangente da expressão –, visando a superar, no mínimo, os seguintes reducionismos positivos impostos ao estudo do fenômeno urbano: 1) a redução da cidade a seu espaço físico; 2) a redução da cidade a uma totalidade autônoma ou a um fragmento heterônimo; 3) a redução do homem a uma condição sobreposta, logo, exterior à cidade; e 4) a redução do urbano ao domínio da certeza (SILVA, 2006, pp. 172-173).

Em linhas gerais, afirmo:

1) A cidade não é apenas espaço físico, arquitetura, urbanismo, local de assentamento ou paisagem:

Tratar a cidade como espaço de assentamento primeiramente e, a partir daí, buscar compreender as relações sociais que se processam nesse espaço, a cultura que esse espaço engendra, o tipo de personalidade social decorrente da forma como esse espaço é ocupado, são maneiras de reduzir um objeto complexo a apenas um de seus múltiplos elementos constitutivos – o espaço edificado –, elevando esse elemento a uma condição superior e, conseqüentemente, subordinando a ele os elementos restantes. É como se pudesse haver uma cidade anteriormente aos homens, logo, a eles exterior. Defendo a tese de que qualquer espaço edificado só adquire o estatuto de cidade na condição exclusiva de ser vivido (...) pelos homens. Assim, não creio ser possível, a não ser em nível ideológico, reduzir a cidade, um fenômeno antes de tudo humano, à sua mera materialidade espacial (SILVA, 2006, p. 173).

2) A cidade não é um corpo autônomo “ou” um fragmento heterônimo de um corpo social mais amplo. Ela é “o resultado da mútua existência de ambas as condições: ela é um todo em partes e a parte de um todo” (SILVA, 2006, p. 176).

O debate entre planejamento urbano e planejamento regional tenta dar conta da relação cosmo-fragmento que existe entre uma cidade específica e seu entorno. Contudo, o entendimento do que vem a ser esse entorno deve contemplar uma gama muito ampla de dimensões e aspectos, nem sempre presentes nos planos urbanos e regionais. Pensado do ponto de vista sociológico, o entorno de uma cidade não é apenas medido, mas, igualmente, sentido. Ele representa tudo o que a cidade contém – em termos morais, comportamentais, políticos, econômicos, culturais, históricos, geográficos etc. – e tudo quanto, a seu redor – independentemente de distâncias físicas – é por ela influenciado e a influencia, numa clara relação de retroatividade constante.

3) A cidade não é exterior ao cidadão e este não a habita, como se a ela fosse sobreposto; ele a vive e a constrói cotidianamente, sendo, pois, componente orgânico da cidade.

A exteriorização do homem em relação à cidade fundamenta-se, a meu ver, em uma leitura invertida da relação política-espaço. Se a disposição do espaço material urbano – edificado ou não – possui influência sobre o comportamento do cidadão, delimitando acessibilidades e restrições [...] ou mesmo emoções, ela, contudo, não determina, por si só, o conjunto das práticas urbanas, tampouco a própria configuração espacial da cidade. São os processos políticos – aí compreendida não apenas a esfera do *político*, a saber, a superestrutura jurídico-política do Estado [...], mas igual, ou principalmente, as múltiplas dimensões da *política*, tratadas por Certeau [...] ao nível do cotidiano como *artes do fazer* – que, recursivamente, definem a configuração espacial das cidades, sendo, juntamente com

o *hábitus* social [...], o imaginário, as emoções e tantas outras dimensões do humano, responsáveis pelas distintas práticas que dão vida ao espaço urbano (SILVA, 2006, p. 178-179).

4) A cidade não pode ser reduzida aos limites da certeza e da previsão positivistas. Como objeto complexo, a cidade abriga o imponderável, o eventual, o incontrolável, o inapreensível.

Se os objetos do mundo natural não se prestam ao domínio racional absoluto, dada sua complexidade inerente, o que dizer então da cidade, objeto igualmente complexo, cuja complexidade constitui-se, dentre outras coisas, por sua influência humana plural, dinâmica e dialética? (...) Se a cidade é uma organização sócio-espacial, ela só o é por coordenar de modo complexo – dialógico, recursivo e hologramático, não necessariamente racional e programático – sua própria complexidade, por organizar tanto a ordem quanto o caos, tanto o manipulável quanto o inapreensível, tanto o dominado quanto o imprevisível. (...) *Mutatis mutandi*, o mundo social, do qual a cidade é senão fragmento hologramático, contém muito mais possibilidades do que qualquer razão de planejamento poderá jamais abarcar, pois parcela de sua organização encontra-se no domínio da desordem, do caótico, do imprevisível (SILVA, 2006, p. 181-184).

O arquiteto pode, pois, desenhar o traçado de toda uma cidade futura, mas apenas a dinâmica social cotidiana e o conjunto de condicionantes exógenos que a cercam poderão determinar sua forma de vida. E ainda que o planejamento seja amplo e ambicioso o bastante para considerar com aproximado grau de precisão os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, geográficos, econômicos e tantos outros relativos à composição da cidade em questão e todo o seu amplo entorno, o incerto far-se-á presente – pois é parte constitutiva do

processo histórico e dos objetos complexos – e, fatalmente, contribuirá para alterar os resultados finais previstos pelo planejador.

Do ponto de vista da complexidade, o planejamento urbano – independentemente de escolas ou tradições –, por se fundamentar em noções positivas como as de previsibilidade, cálculo racional e controle, e na lógica cartesiana de causa, ação e efeito, incorre na falha epistemológica essencial de todo e qualquer planejamento, a negação da incerteza, e assim tropeça empiricamente em suas próprias limitações conceituais (SILVA, 2006, pp. 199-200).

Nesse particular, vale lembrar Calvino¹⁰:

No centro de Fedora, metrópole de pedra cinzenta, há um palácio de metal com uma esfera de vidro em cada cômodo. Dentro de cada esfera, vê-se uma cidade azul que é o modelo para uma outra Fedora. São as formas que a cidade teria podido tomar se, por uma razão ou por outra, não tivesse se tornado o que é atualmente. Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la em cidade ideal, mas, enquanto construía o seu modelo em miniatura, Fedora já não era mais a mesma de antes e o que até ontem havia sido um possível futuro hoje não passava de um brinquedo numa esfera de vidro (CALVINO, 1990, p. 32).

Utilizando a imagem sugerida por Calvino, pode-se dizer que a Brasília da utopia – a que Juscelino Kubitschek encomendou, Lúcio Costa traçou e Oscar Niemeyer desenhou – não passa de um brinquedo em uma esfera de vidro. A edificação não concretizou a utopia, não apenas por limitações técnicas, mas, igualmente, por limitações epistemológicas.

Tal como Fedora – cidade imaginada tanto em sua materialidade presente quanto na imaterialidade atemporal dos desejos humanos que guardam futuros (im)possíveis em redomas úteis à contemplação, pelas lentes do desejo, daquilo que a cidade jamais seria a não ser em imaginação, ou melhor, em projeto

– os espaços planejados também mantêm suas redomas invisíveis a arquivarem um sonho de lugar, de sociedade, de humanidade cujo conteúdo ideal – responsável por lhe atribuir aquela atmosfera especial própria às coisas sublimadas – nega, por definição, qualquer possibilidade de materialidade capaz de encarnar o mundo planejado, simplesmente porque o mundo social, em sua complexidade inerente, mesmo em suas manifestações espaciais, não cabe em redomas ou em projetos quaisquer que sejam eles (SILVA, 2006, p. 199).

Brasília, utopia de concreto

O projeto urbanístico-arquitetônico de Brasília fundava-se, como visto, em uma utopia. Ele tinha por imagem-símbolo uma cidade diferente – próspera, funcional, moderna –, estruturada sobre os preceitos técnico-estéticos da moderna arquitetura racional. Nele se destacavam: a padronização dos espaços edificados, a escala monumental, a segregação funcional de atividades no espaço urbano, a inexistência de centro urbano, a linha reta, a ausência de ornamentação nas edificações, o concreto armado, o vidro, os pilotis etc.

A diferença de Brasília em relação às outras cidades brasileiras – e mundiais – não residia apenas nessas escolhas, mas, igualmente, na possibilidade de se concretizar o que se pensava vir a ser uma verdadeira revolução social e cultural, empreendida por meio da democratização e da socialização do uso do solo urbano. Dois pontos merecem destaque nesse aspecto do projeto. O primeiro deles é a subversão do tradicional modelo capitalista comercial de uso da terra urbana, tornando coletivas todas as áreas comuns da cidade, não apenas praças e ruas, mas também as áreas térreas dos edifícios residenciais. Os

moradores passavam a ser proprietários de seus apartamentos, enquanto que a projeção de terra onde se localizavam os edifícios tornava-se de domínio e usufruto público. Para isso, os edifícios foram erguidos sobre pilotis, permitindo que todas as pessoas, independentemente de seu local de moradia ou de sua condição social, pudessem fazer livre uso das áreas comuns da cidade. O segundo ponto encontrava-se na permissão de que pessoas de níveis distintos de renda coabitassem a mesma área da cidade. A intenção era promover a segregação habitacional com base na ocupação dos moradores e não em sua renda ou classe social. Sendo uma cidade pensada para a administração pública, seus idealizadores supuseram a viabilidade de que funcionários de alto e baixo escalões viessem a morar na mesma quadra habitacional e, até, no mesmo edifício residencial. Acreditava-se que essa iniciativa seria capaz de pôr fim à estratificação social brasileira e, criar, por imposição, uma sociedade mais justa, humanitária e democrática.

A concepção teórica que orientou a construção de Brasília, como visto, baseava-se em uma forma ideologizada e reducionista de percepção do fato urbano, que entendia a cidade estritamente como um receptáculo da vida cotidiana. Tratava-se de uma lógica que desconsiderava a reciprocidade espaço/sociedade, entendendo aquele como matriz geradora desta. O projeto modernista de Brasília, caracteristicamente um projeto autoritário e centralizador, como aponta Holston (1993), desconsiderou as contradições inerentes à vida social, mormente as que dizem respeito a uma sociedade capitalista periférica, de recente passado escravocrata. Negando a dialética das classes sociais, a utopia modernista que se tentou ver

concretizada em Brasília negligenciou a própria racionalidade moderna, que é, antes de tudo, uma razão de classes permanentemente em disputa.

A inconsistência da ideologia modernista apresentou seus frutos de imediato. Não apenas o plano de integração social proposto pelos planejadores de Brasília não se efetuiu, como, paradoxalmente, a execução do projeto urbanístico resultou em duas das mais excludentes estruturas espaciais urbanas jamais vistas no País: a segregação do homem em relação à rua e ao centro, materializada por uma geometria viária da exclusão humana, onde vias retas, planejadas para a circulação de veículos motorizados, e longas distâncias, somam-se a edificações semelhantes e simetricamente distribuídas no espaço, bem como à ausência de um centro urbano de fato, formando uma paisagem monótona e excludente do cidadão e dos usos/produções do espaço desenvolvidos pelo mesmo; e o remodelamento espacial da segregação social que marca a sociedade brasileira, materializado nas diversas cidades surgidas ao redor do Plano Piloto para abrigar as sobras de uma população que, desde o início, não cabia em seus limites: os milhares de trabalhadores pobres que migraram de todas as partes do Brasil para o Planalto Central em busca do sonho de erguer no coração do Brasil o berço de uma nova nação.

Essa espacialidade segregada, que divide Brasília em uma cidade central rica e várias cidades-satélites pobres¹¹, permite que os indivíduos que vieram e ainda vêm à capital impulsionados pelo sonho de uma vida melhor possam aqui se fixar sem, contudo, ocuparem a área planejada e nela introduzirem uma incômoda diferenciação de classes. A existência das cidades-satélites é condição *si ne qua non* para a manutenção de um padrão de classe homogêneo que

dá à área planejada e às suas adjacências imediatas uma imagem de “ilha da fantasia”.

Reflexões finais

Em Brasília, a cidade da integração e da harmonia social deu vez à cidade da privatização do espaço público e da exclusão social. Não foram os pilotis, os clubes de vizinhança, os jardins e parques, o espaço coletivo, aberto e público de quadras e vias, a leveza do concreto armado e a transparência do vidro capazes de vencer as desigualdades sociais históricas no Brasil, de apagar o rastro racista e segregacionista de nosso recente passado escravocrata, de amenizar o traço isolacionista da elite burocrática instalada na capital ou de subverter a lógica capitalista de apropriação, uso e propriedade do solo urbano. Formaram-se satélites, assentamentos, invasões, condomínios clandestinos, favelas. O núcleo central da capital mantém-se relativamente preservado em virtude de tombamento, mas suas franjas guardam o Brasil que a utopia do arquiteto supunha-se capaz de transformar.

Seguramente não foi o espaço edificado que conduziu os homens da cidade a esse tipo de escolha e ação, mas sim o contrário. O caso de Brasília é útil porque confirma que, por não serem as escolhas humanas arquitetadas em pranchetas e gabinetes, sua predição, ao desconsiderar a certeza da incerteza – aí incluída a intrincada imaterialidade urbana –, tende a ser parcial quando não a falhar por completo (SILVA, 2006, p. 201).

Se a utopia é, como defendo neste ensaio, a meta-imagem do sonho humano de harmonia social expresso espacialmente, em sua condição de imagem de um desejo, ela não é passível de falha. Todavia, se sua natureza imaginária não a

sujeita a juízos técnicos do tipo “certo ou errado, ainda que lhe sejam cabíveis juízos morais, o mesmo não se aplica a planos e projetos. Esses são sim sujeitos a julgamento técnico e tendem a ser tanto mais falíveis quanto mais suas pretensões abarcam aspectos e dimensões que fogem ao seu alcance específico.

A “falha das utopias” não é, pois, uma imperfeição do sonho, mas o hiato existente entre a sociedade imaginada e a sociedade resultante da utopia convertida em planejamento e, assim, supostamente edificada.

Notas

1. VIDAL, Laurent. Utopias urbanas no Brasil contemporâneo dos equívocos do nome à multiplicidade das experiências. *CRONOS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN*. Natal: UFRN, volume 9, número 1, jan/jun, pp. 15-18, 2008.
2. Cidade indiana planejada por Le Corbusier, juntamente com os arquitetos Maxwell Fry e Jane Drew, além de outros arquitetos e planejadores indianos, construída entre as décadas de 1950 e 1960. FITTING, Peter. Urban planning/utopian dreaming: Le Corbusier’s Chandigarh today. *Urban Studies*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, volume 13, número 1, inverno, pp. 96-93, 2002.
3. Cidade planejada e construída para ser a capital do Paquistão, inaugurada em 1967. STEPHENSON, Glenn V. Two newly-created capitals: Islamabad and Brasilia. *TPR – Town Planning Review*. Liverpool: Liverpool University Press, volume 41, número 4, out., pp. 317-332, 1970.
4. Cidade do sudeste venezuelano, planejada por especialistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT), da Universidade de Harvard e por profissionais venezuelanos, a convite do governo da Venezuela, fundada em 1961. PATTIE, Lisa. *Planning: rethinking Ciudad Guayana*. Michigan: The University of Michigan Press, 1987; IRAZABÁ, Clara. A planned city comes of age: rethinking Ciudad Guayana today. *Journal of Latin American Geography*. Austin: University of Texas Press, volume 3, número 1, pp. 22-51, 2004.
5. Vale lembrar que a ideia da mudança da capital brasileira do Rio de Janeiro para o centro do País antecede em muito à decisão do Presidente Juscelino Kubitschek. VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Brasília: Editora UnB, 2009.
6. HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
7. FITTING, Peter. Urban planning/utopian dreaming: Le Corbusier’s Chandigarh today. *Urban Studies*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, volume 13, número 1, inverno, pp. 96-93, 2002.
8. DORFLES, Gillo. *A arquitetura moderna*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1986.
9. SILVA, Inaê Elias Magno da. Pensamento complexo: alternativa para o resgate intelectual da totalidade urbana. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, volume 5, números 14-15, pp. 170-186, 2006.
10. CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
11. NUNES, Brasilmar Ferreira; SILVA, Inaê Elias Magno da. Direito à moradia e questão habitacional no Brasil: o caso da cidade Estrutural. In: ESPINOSA, Jaime F. (Coord.). *Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina*. Quito: FACULDADE LATINO AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FLACSO, pp. 156-174, 2009.